



MUNICÍPIO DE TONDELA

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2022**

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Maria Helena de Campos Coimbra
Felisberto Henriques Figueiredo Marques
Andreia Sofia Neves de Sousa
Ana Rita Marques Viegas Rosa
Sérgio de Sousa Rodrigues
Marta Franco Coimbra Marques
Teresa Mafalda Neto de Sá Felgar Albuquerque
Amândio José Ferreira Loureiro
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Francisco Duarte da Fonseca
Rui Filipe Dias de Figueiredo
Maria Cristina Marques Ferreira Simões
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Sandra Monteiro Lourenço
Marta Daniela Silva Antunes
João Paulo Pacheco Loureiro
Fernando Santos da Silva
Gonçalo Manuel da Silva Pereira



Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Carlos José Loureiro Coimbra
José Carlos Ferreira
Mário Barreira Simões
Vitor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:

Rui Alberto Nunes dos Santos
Fernando da Silva Figueiredo

Aos vinte e três dias do mês de setembro, reuniu em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, pelas catorze horas sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egrejas Leitão Amaro,

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, os membros: Márcio Rafael Rodrigues dos Santos, Teresa Mafalda Neto de Sá Felgar Albuquerque e Rui Filipe Dias de Figueiredo em substituição dos membros: Mariana Fidalgo, Guilherme Duarte e Nelson Martins.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foi entregue na mesa, da parte do senhor presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, uma delegação de competência de representação na pessoa do senhor José Carlos Ferreira de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, constatou-se a falta dos membros: Rui Alberto Nunes dos Santos e Fernando da Silva Figueiredo, que justificaram a ausência, pelo que as faltas foram consideradas relevadas.

Período Antes da Ordem do Dia

1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 24 de junho

Não houve intervenções.

Colocada à votação a ata de 24 de junho, foi aprovada pelos presentes na referida sessão.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes: ofício do Gabinete do Presidente da Assembleia da República que acusa a receção da moção enviada sobre descentralização de competências; relatório de atividade e relatório financeiro enviado pela Câmara Municipal de Tondela e jornais: “Associação”, “Voz das Misericórdias” e “STAL”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou a exposição oral pelos membros da Assembleia, o membro Ricardo Loureiro referindo que o ano de 2022, para a junta de freguesia de Guardão tem sido um ano difícil, ainda assim, têm sido tempos de afirmação, consolidação, conhecimento e promoção da Vila do Caramulo, nomeadamente com a visita do Senhor Presidente da

República, com as diversas iniciativas, reinauguração do Museu do Caramulo e inauguração do Caramulo Experience Center, que merecem uma palavra de apreço por serem projetos que valorizam a região. Destacou os eventos: Motorfestival, a Rampa do Caramulo, Festa das Cruzes e a adesão de Jueus à Rede de “Aldeias de Portugal”, importantes por darem a conhecer o território e o seu potencial. Contudo, referiu existir um caminho a percorrer, nomeadamente na fixação da população, solicitando para isso a colaboração do município para a resolução de problemas estruturais, por forma a que a coesão social seja uma realidade no concelho e em particular na freguesia de Guardão, nomeadamente na manutenção de serviços educativos, e de saúde. Enalteceu a forma como as partes se uniram para a manutenção da valência creche do Caramulo.

Questionou o município sobre a previsão temporal de investimentos na rede de saneamento e água ao domicílio, referindo não se entender, que a rede de saneamento e água ao domicílio, exista apenas em duas das dez localidades da freguesia e que é emergente definir objetivos e estratégias em conjunto. Disse ainda que o concelho apresenta boas ofertas de trabalho e que a habitação a custos controlados na freguesia do Guardão, tem de ser uma realidade, questionando o município acerca de previsão para estes investimentos. Referiu que a rede de transportes tem de ser mais abrangente do que o parque escolar, e ajustada aos parques industriais, de forma a contribuir, também para a sustentabilidade ambiental. Disse que o projeto da CIM (IR/VIR) é louvável, mas que sua divulgação deveria ser mais abrangente, de forma a chegar a quem mais necessita. Frisou que se as pessoas se se fixarem, parte dos problemas são resolvidos, pelo que não se pode perder mais tempo. Referiu com a conclusão das infraestruturas básicas, na vila do Caramulo, existem condições para que o investimento público e privado avance.

Terminou a sua intervenção com um excerto de palavras da Milene Matos “A ciência abandonou a nossa Serra, e é tempo de trazê-la de volta. Turismo, biologia, marketing, desporto, etnografia, sociologia, economia, saúde entre outros ramos do conhecimento, serão a chave para o planeamento estratégico e para a ação coletiva que poderá, por fim, e de uma vez por todas, pôr Tondela no mapa do desenvolvimento sustentável e da cidadania ativa.” Anexo 1

O membro Felisberto Figueiredo prosseguiu referindo o aumento das pensões, anunciadas pelo Governo, que contrariam os aumentos previstos na lei n.º53-B de 2006. Assim, na realidade o que as pessoas vão sentir é um decréscimo que se traduzirá numa perda, exemplificando com alguns casos. Assim, mostra que por vezes o que se pretende afirmar como ideologia e proximidade aos necessitados, não é bem assim, verificando-

se efetivamente uma perda de rendimento dos pensionistas. Acrescentou que este governo não quer utilizar o termo austeridade, mas na realidade isto não se verifica. Não pondo, no entanto, a sustentabilidade em causa.

Referiu que com estas políticas, o objetivo dos governantes do Partido Socialista é demonstrar o contrário daquilo que dizem ser, no sentido de Frei Tomás “Olha para o que diz, não olhes para o que faz”.

O membro Martinho Rodrigues respondeu ao membro Felisberto Figueiredo que a atuação do governo era a prevista em maio, dado o processo de inflação acelerada e descontrolada que se está a vier e que se continuará a viver. Referiu que existe uma guerra na Europa, à qual não se sabe ao ponto que nos irá levar, inclusivamente em questões de economia europeia e mundial. Disse que o governo está a atuar, pontualmente, no sentido de controlar a inflação, que não reduziu pensões, não aumentou impostos. Referiu que no caso concreto das pensões, haverá um adiantamento de metade de uma pensão para o ano de 2022, e, não se sabe exatamente o que vai acontecer em 2023, altura em que será reavaliada a questão. Entende-se a dificuldade de entender o que é projetar esta questão a 2040, mas, para já, a preocupação é estender a questão até ao final de 2023 e não até 40 anos. Julga que os portugueses podem estar descansados que, com o Partido Socialista no governo não vão existir cortes, pois o que contam e são elas que estão sempre em primeiro lugar. Disse que felizmente existe uma folga orçamental que permite o Governo gerir bem as contas públicas.

O membro Felisberto Figueiredo agradeceu o esclarecimento do membro da assembleia Martinho, que do seu ponto de vista, não foi nenhum. Disse que veio dizer política genérica do primeiro ministro, mas dados concretos não apresentou, ao contrário do que o próprio fez, que apresentou dados reais do INE. Referiu que o aumento, desde 2016 até 2022, nas pensões mais baixas foi de 0,4%, enquanto que as outras ficaram inalteradas. Disse que uma Lei que funcionou e deu jeito ao Ministro para fazer aumentos, que são insignificantes de 0,4% até 1,6%, mas quando a mesma já não dá jeito, arranja outra forma, pelo que apelidou de desonestidade política. Lembrou o Primeiro-Ministro Passos Coelho quando interveio nesta área teve de o fazer em consequência de uma bancarrota que o Partido Socialista tinha deixado, bem que se riam quando é dito, mas refere ser factos históricos.

O membro Helena Coimbra apresentou um ponto de ordem à mesa, manifestando o seu desagrado, na discussão de política nacional na Assembleia Municipal. Disse que não estão na assembleia da república, quando há coisas tão

importantes na Ordem de trabalhos de interesse para o concelho, é desnecessário discutir-se a política nacional, pois estão na Assembleia Municipal.

O senhor presidente da Assembleia disse compreender o ponto de ordem à Mesa que recordou que foi feita no início do mandato, aquando da elaboração do regimento, tendo sido por maioria entendido que não deveria existir uma restrição do discurso político livre, devendo cada partido usar o seu tempo nos assuntos que entender.

O membro Paulo Dinis referiu, no seguimento da intervenção do membro Helena Coimbra, que a assembleia municipal deve ser para resolver assuntos pertinentes de interesse para o concelho e não para discutir a política nacional.

O membro Mário Simões partilhou as angústias da população da sua freguesia, e assumindo que será também, o sentimento de muitas freguesias do nosso concelho, lamentando o orçamento apelativo ao litoral e áreas metropolitanas em detrimento do território do interior, nomeadamente da Serra do Caramulo. Referiu o encerramento de serviços descentralizados da segurança social, dos serviços de saúde e das escolas, sendo o pretexto da crise económica e da reforma administrativa, para chegar à conclusão de que são dispendiosas e dispensáveis as juntas de freguesia do interior, o que deixa latente o sentimento de abandono aos habitantes destas freguesias.

Apelou à senhora presidente da Câmara a necessidade de se inverter de forma definitiva a situação e assumir o território no seu todo, de uma forma coesa, não podendo uma região intitulada de bem-estar apresentar tão manifestas desigualdades. Manifestou a disponibilidade para contribuir na busca de soluções que mitiguem o problema do despovoamento e abandono do território.

De seguida, apresentou um conjunto de sugestões para serem consideradas aquando da elaboração do Plano e Orçamento, que passam pelo acesso à rede de água e saneamento, considerando uma grave lacuna e falta de investimentos quando, aldeias limítrofes, por pertencerem a outro concelho, já dispõem dessas infraestruturas, há muitos anos. Questionou porque é que ainda não estão criadas ARUS, em todas as freguesias, que iria permitir a requalificação do parque habitacional das aldeias. Disse ainda, ser fundamental a valorização do papel das Juntas de Freguesia para esse efeito, previsto pelo Decreto-Lei 57/2019, como polo essencial da democracia de proximidade e de igualdade de acesso aos serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento da região mais periféricas e do interior. Anexo 2

O membro Helena Coimbra solicitou alguns esclarecimentos, acerca do projeto de arquitetura das obras interiores do serviço de finanças, que leu e se transcreve “Os

deputados do Partido Socialista a esta Assembleia Municipal não podem deixar de manifestar a sua absoluta discordância com a implementação deste projeto. E são várias as interrogações que queremos colocar à Sra. Presidente: 1ª – Porquê a escolha de uma propriedade privada de um terceiro, para a Câmara efetuar uma candidatura ao PRR para instalação da Loja do Cidadão e outros serviços em Tondela, no valor de 800 000€ (oitocentos mil euros)? 2ª – Por que razão na data em que apresentou a candidatura ao PRR a Câmara não exerceu o direito de preferência na aquisição do edifício “Ermelinda Campos” que também conhecemos como tendo sido dos “Armazéns do J. Barros”, edifício rosa de 3 pisos, cave e subcave, situado a escassos 50 metros da sede do Município? E por que não optar pelo rés-do-chão do edifício do Tribunal, que se encontra devoluto há cerca de 12 anos, na zona então ocupada pela Conservatória do Registo Civil e Cartório Notarial? Aliás é de referir que o Sr. Presidente, com mandato suspenso, Dr. José António, há cerca de 3 anos a esta parte, em reunião presencial com a Sra. secretária de Estado da Justiça e o Sr. Presidente do Instituto de Gestão Financeira, defendeu a utilização daquelas instalações para uma loja de cidadão. Por que razão a Câmara optou por candidatar prédio de um privado beneficiando-o em obras de 800 000,00€ e não antes investiu na aquisição do referido edifício, que se encontrava pronto, com 3 pisos, cave e subcave, com elevador de ligação entre todos os pisos e também porque razão foi abandonada a escolha do rés-do-chão do Tribunal para aquela instalação. 3ª – Saberá a senhora Presidente esclarecer por que razão tal candidatura apresentava um valor inicial de 200 000€ e se catapultou para 4 vezes mais? 4ª - Saberá a senhora Presidente esclarecer se em função de tão avultadas benfeitorias introduzidas em prédio de terceiro, haverá período de carência de rendas inerentes àquele valor? Aliás, situação sempre atendível quando as obras não são realizadas pelo senhorio. 5ª – Saberá a Sra. Presidente esclarecer qual é o prazo do contrato de arrendamento atualmente existente? 6ª – Poderá a senhora Presidente esclarecer quais os custos inerentes às instalações provisórias, em contentores dos serviços atuais? Foram estas questões acauteladas na candidatura? É tanto quanto queremos ver esclarecido. “Questionou ainda, se está previsto um período de carência de resto em virtude do valor das benfeitorias introduzidas.

Período da Ordem do Dia

2.1. Análise e votação da revisão de estatutos da Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela

O senhor presidente Assembleia deu a palavra à senhora presidente da Câmara, sugerindo que a apresentação dos pontos 2.1 a 2.4, seja feita em conjunto, bem que as votações sejam feitas separadamente, pelo facto dos assuntos convergirem. Informou que está a decorrer à mesma hora, as Assembleias Municipais dos concelhos que integram a Aintar.

A senhora presidente da Câmara recordou que o processo de criação da AINTAR, que remonta a 2018, altura em que os municípios de Sta. Comba Dão, Tondela, Mortágua, Carregal do Sal e Tábua entenderam que para executarem um conjunto de infraestruturas de rede de saneamento e em função das regras, que definiam que os municípios com menos de 50 000 utilizadores tivessem que obrigatoriamente se agregarem para poderem serem legíveis em sede de candidaturas, pelo que decidiram iniciar um processo de agregação, para criar uma empresa intermunicipal. Disse que o processo de agregação foi evoluindo, e em agosto de 2020, foi presente em reunião de câmara para análise, discussão e votação, os documentos para a criação de uma associação intermunicipal, tendo sido submetido, em setembro de 2020, à assembleia municipal a aprovação dos estatutos, o estudo de viabilidade económica e financeira, o estudo do tarifário e as diversas deliberações necessárias para a constituição da associação, que foi escriturada a 21/09/2022, denominada por Aintar.

Referiu, que recentemente corporizaram-se as várias candidaturas, e, por força da concretização física e financeira das candidaturas, ao programa de apoio 2020 e ao POSEUR, a Aintar iniciará o seu exercício a 1 de novembro de 2022, por forma a que os relatórios de execução e de gestão, relativos ao ano de 2022 sejam submetidos à ERSAR e ao POSEUR. Ressalvou a importância de Tondela estar integrada nesta associação, pois só desta forma é possível concretizar uma série de investimentos referentes à requalificação do sistema de águas residuais. Disse que houve necessidade de uma revisão estatutária, decorrente de um parecer da ERSAR, de modo a permitir que a sede seja em Carregal do Sal, identificação do logotipo, eliminação dos números 4 e 5 do artigo 13º, uma precisão da alínea a) do número 3 do artigo 5º e algumas explicitações e concretizações daquilo que é o abandono por parte de algum município da associação.

Disse ainda que, após a saída do município de Mortágua da associação, qualquer município que desista da Aintar, coloca em causa o seu funcionamento e existência, porque reduz o número de habitantes e de utilizadores.

Relativamente ao ponto 2.3, a assembleia municipal deverá deliberar, atendendo que haverá uma transferência, para a Aintar, da utilização dos bens afetos a todo o sistema de saneamento que ainda está sob alçada do município de Tondela e reportados à ERSAR.

No que respeita ao ponto 2.4, é apresentado, a proposta do tarifário de águas residuais para 2022, matéria que deve ser do conhecimento de todos e que foi aprovada em sede da Aintar.

De seguida fez uma apresentação em imagem, da Aintar, que tem 56 754 habitantes, com 24771 habitações, nos 4 municípios. Referiu que o investimento para Tondela corresponde a 2 770 902,83€, para o sistema Norte de Tondela. Demonstrou os valores médios de tarifa de saneamento praticados nos concelhos limítrofes à Aintar e os valores a praticar pela Associação. Referenciou, ainda os investimentos futuros previstos, para Tondela, que incluirá a reabilitação da ETAR da Zona Sul de Tondela, a requalificação do sistema da ETAR da Corveira.

O membro Helena Coimbra referiu que em relação à AINTAR, os pontos 2.2 e 2.4 vêm tristemente para conhecimento, uma vez que quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal só tem conhecimento à posteriori das decisões da associação. Desta forma, reiterou a declaração de voto do grupo parlamentar do Partido Socialista, aquando da redação estatutária inicial, que foi votada em assembleia municipal de 01 de setembro de 2020, uma vez que a alteração de estatutos agora proposta está praticamente igual à redação inicial, não vendo também retratadas as recomendações da ERSAR. Lamenta também a perda de soberania do município, quer na Câmara quer na Assembleia, na de legitimidade de decisões da fixação de taxas e tarifário, estando estas delegadas à associação. Sublinhou que o Partido Socialista é contra a ideia base da criação da associação.

O membro Francisco Fonseca referindo a importância da AINTAR na capacitação dos municípios em ter os mesmos e melhores serviços, no que respeita ao tratamento de águas residuais, com as devidas atualizações, manutenções e retificações que sejam necessárias. Relembra que a Aintar permitirá aceder às candidaturas, para obras necessárias dos municípios. Disse ainda que, o PSD de Tondela aprova e acredita nos benefícios desta associação, e ainda que os reforços financeiros serão geridos de

forma equilibrada. Referiu ainda que nas recomendações da ERSAR, a retirada dos tarifários dos estatutos, no sentido de uma futura ampliação desses custos sem ter de se submeter novamente a aprovação.

A senhora presidente da Câmara respondeu apenas é presente uma revisão estatutária, que os estatutos foram aprovados no mandato anterior. Pelo que os eleitores, tiveram oportunidade de fazer a avaliação e votação dessa metodologia, sufragado nas eleições autárquicas, o que, no entendimento da senhora presidente, a opinião dos eleitores relativamente ao assunto foi positiva, não havendo dúvidas quanto à legitimidade do projeto. Referiu ainda que os contributos e esclarecimentos prestados, nomeadamente pelo executivo anterior, na pessoa do senhor presidente de então, José António Jesus, a 1 de setembro de 2020, onde foi explicado detalhadamente a constituição da AINTAR, início do processo e projetos e investimentos em causa, nunca tendo sido dito que a Aintar só iria servir para fazer candidaturas. Referiu que se consultarem o estudo de viabilidade económica financeira, aprovado em 2020, são detalhados os equipamentos e infraestruturas que estão consideradas, assim como toda a estrutura orgânica que lhe irá dar suporte. Disse ainda ser urgente colocar este sistema a funcionar, atendendo o final do Quadro de Apoio, devendo as candidaturas estarem concluídas até junho de 2023.

Colocada à votação, a alteração dos estatutos da AINTAR foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Helena Coimbra, Rita Rosa, Marta Marques, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Martinho Rodrigues e Rui Figueiredo. Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Sérgio Rodrigues Mafalda Felgar, Márcio Santos, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Miguel Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.2. Informação e apreciação do início de exercício dos fins específicos da AINTAR

A Assembleia tomou apreciou e tomou conhecimento do início de exercício dos fins específicos da Aintar.

2.3. Análise e votação da cedência do Direito de Utilização dos bens e infraestruturas municipais afetos aos serviços municipais de águas residuais do Município de Tondela

Colocada à votação a cedência à AINTAR, do direito de utilização dos bens e infraestruturas municipais afetos aos serviços municipais de águas residuais do Município de Tondela, foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Mafalda Felgar, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Miguel Rui Figueiredo, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Informação e apreciação da proposta de tarifário dos serviços de águas e resíduos para 2022

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta de tarifário dos serviços de águas e resíduos para 2022.

2.5. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

A senhora presidente da Câmara tomou a palavra referindo que foram encetadas várias iniciativas no âmbito da seca severa que o país atravessa. Referiu que junto das Águas do Planalto, foram efetuadas avaliações às reservas de águas existentes, bem como quais as medidas a implementar, para mitigar os efeitos da seca severa. Ainda nesse âmbito, salientou que participou em reuniões com a CIM Viseu Dão Lafões, o senhor Secretário de Estado do Ambiente e o senhor presidente da APA, de forma a avaliar e tomar medidas para mitigar o efeito da seca no distrito, em particular os concelhos que não estão servidos pelas Águas do Planalto.

Referiu ainda a relevância e empenho do município, neste período, de início de ano letivo, com o processo de delegação de competências concluído, destacando o trabalho e colaboração dos senhores diretores dos Agrupamentos de Escolas de Tondela e da Escola Profissional de Tondela, assim como toda a comunidade escolar, de forma a garantir uma educação de sucesso para os alunos. Referiu que durante esse período, a carta educativa assumiu-se como instrumento agregador de estratégia concelhia em matéria de educação. Salvaguardou que, além da transferência de competências, o município continua a assegurar medidas de coesão territorial, nomeadamente oferta de transporte escolar, atividades de apoio à família, as refeições escolares aos alunos, AECS, entre outras medidas que promovem o sucesso educativo e bem-estar dos alunos.

Referiu as consequências do conflito armado, a nível da inflação, causando assim constrangimentos sérios a todas as atividades económicas, nomeadamente o sector empresarial, que tem manifestado grandes dificuldades no custo e aquisição de matérias prima e, que tem levado a atrasos significativos nas empreitadas adjudicadas, afetando assim a estratégia e atrasos nos investimentos do concelho.

Em resposta ao senhor presidente da Junta de Freguesia do Guardão, relativamente à empreitada “saneamento e água à Vila do Caramulo” a senhora presidente da Câmara disse que um dos lotes aguarda o Visto do Tribunal de Contas, para poder dar continuidade à execução da empreitada.

Salientou as diversas reuniões efetuadas na AINTAR.

No âmbito da aplicação dos fundos comunitários, referiu a aprovação e assinatura do termo de aceitação da candidatura à Loja do Cidadão de Tondela, de cerca de 800 000€, que prevê também o custo dos contentores que serão necessários para fazer o alojamento temporário da Autoridade Tributária. Esclareceu que a fixação do espaço Loja do Cidadão em qualquer local, está dependente da aprovação da Agência de Modernização Administrativa, que tem um layout definido e que aprova o projeto a



implementar. Referiu que foram avaliados vários locais no concelho, desde o espaço do Mercado Municipal, o rés do chão do Tribunal Judicial de Tondela, assim como o edifício Ermelinda Campos, tendo todos eles sido rejeitados pela AMA.

Referiu, na área da saúde, a preparação de apresentação das candidaturas ao PRR das Unidades de Saúde Familiar de Tondela e do polo do Caramulo da extensão de Saúde Campo de Besteiros. Destacou as reuniões efetuadas com responsáveis da ARS, no âmbito da falta de médicos no concelho, nomeadamente no polo de saúde de Molelos.

Continuou elencando várias iniciativas, eventos e atividades realizadas no período compreendido entre junho e setembro. Anexo 3 e 4

O membro Carlos Amaral louvou os trabalhos realizados pelo município nestes últimos meses. Ressalvou o desafio, no âmbito da transferência de competências na área da educação, para o qual as autarquias não estavam preparadas, sendo o pacote financeiro diminuto e que não acompanham a inflação. Disse que o governo não está a ser sério, e mesmo com as “operações cosméticas” de apoios às famílias, esquece a fatura que as autarquias estão a pagar, ainda assim, iniciou-se o ano letivo sem incidentes, demonstrando a capacidade da autarquia em enfrentar este grande desafio. Referiu as obras realizadas em várias escolas e jardins de infância, garantindo condições de aprendizagem e bem-estar aos alunos.

Proseguiu no plano dos eventos realizados, ressalvou: o Tondela Brancos, como evento diferenciador, este ano com a participação de mais produtores e visitantes, com grande potencial de crescimento; a FICTON, que apesar de algumas falhas, foi talvez a edição que teve maior adesão; o TOM DE FESTA, projeto de grande interesse cultural, que leva a cultura às freguesias do concelho; o Caramulo MotorFestival, maior evento automóvel da região, dinamizador da economia local, sobretudo no setor hoteleiro. No âmbito social, referiu o protocolo celebrado com a Just a Change, promovendo a dignidade habitacional e a oportunidade de uma nova vida, a quem necessita. A finalizar, referenciou a manutenção da Creche do Caramulo, conquista para a coesão territorial. Anexo 5

O membro Amândio Loureiro deu início à sua intervenção referindo que a Vila do Caramulo foi a primeira localidade do concelho a ter infraestruturas de água e esgotos, contudo, depois da elevação do Caramulo a Vila, foram sendo públicas e notórias as fragilidades dessas infraestruturas. Disse que fechados os Sanatórios, a Sociedade do Caramulo denunciou os contratos, substituindo-os por “cedências de

excedentes de água”, passando a manutenção da rede de água à “fase do remendo”, colocando em causa a salubridade da água e garantias da rede, não permitindo novos consumidores, como foi o caso do Hotel do Caramulo, que teve de encontrar recursos alternativos. Recordou que perante estes problemas, a 11 de dezembro de 2001, a Câmara Municipal de Tondela celebrou um contrato com a Sociedade do Caramulo, de forma a garantir o abastecimento público, por um período de 5 anos, tempo considerado suficiente para a criação de uma alternativa definitiva. Desta forma os consumidores passaram a ser faturados pela Associação e Municípios da Região Planalto Beirão, que se mantêm até à presente data. Referiu que desde 2015, foram realizados numerosos trabalhos da implementação da nova rede de captação e distribuição de água, que ainda não se encontram em funcionamento, continuando a água das nascentes a ser desperdiçada pelos antigos canos de ferro, que não permitem o garante da qualidade da água. Desta forma, questionou a senhora presidente da Câmara: da previsão da data para a entrada em funcionamento do novo sistema de abastecimento de água; se o sistema será inteiramente alimentado pelas novas captações, ou se vai continuar a depender de captações particulares, e assim sendo, quais as condições contratuais. Anexo 6

O membro Marta Antunes continuou os trabalhos, debruçando-se sobre o estado da saúde em Portugal. Saliu a preocupação com os factos reais e concretos que sucede no concelho, mais concretamente na Extensão de Saúde de Molelos, que há três semanas funciona em regime intermitente, “part-time”, por falta de recursos humanos. Referiu que muitos utentes com carências e sem alternativas, por não terem a possibilidade de recorrer ao serviço privado, tendo de se deslocar, em alternativa à USF Tondela, sofrendo longos tempos de espera e suportando custos de transporte desnecessários, juntando ao facto de congestionar ainda mais este serviço que já não consegue dar uma resposta célere aos seus utentes habituais.

Referiu também a situação da Lajeosa do Dão, que funciona apenas a meio tempo, sendo os utentes encaminhados para a USF Canas de Santa Maria.

Recordou a intenção de retirar um dos médicos da extensão de saúde de Molelos, assim como a tentativa de encerramento do polo do Caramulo por falta de um administrativo e do encerramento do Hospital de Tondela, situações que os políticos locais do PSD não permitiram. Por todas estas situações, enalteceu o serviço público e de proximidade desenvolvido pelo executivo camarário do PSD, e, referiu que com os investimentos anunciados na área da saúde, estes melhorarão a qualidade de vida da



população, promovendo desta forma as condições necessárias para a descentralização de competências na área da saúde. Anexo 7

O membro José António Matos lembrou que a Lei 13/85, de 6 de julho define que compete às autarquias locais, o levantamento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural, dizendo ainda que compete à Administração Pública associar as populações na colaboração de defesa e fruição do património cultural. Referiu que preservar o património cultural vai muito além de colecionar peças antigas e que o património arquitetónico não é de menor importância, como exemplo referiu a Central Hidroelétrica dos Pisões de Nandufe, uma das primeiras obras da industrialização do concelho de Tondela e do país. Pelo interesse e importância deste imóvel, deve ser considerado de interesse público, bem como todo o espólio que dele fazem parte, considerando o valor histórico ligado à eletrificação do concelho de Tondela. Referiu que a população de Nandufe tem manifesto interesse, e tem dirigido esforços para que este património seja preservado, beneficiando assim a promoção da freguesia e das comunidades locais que representa. Atendendo o estado de degradação que o edifício tem sofrido, bem como os acessos ao mesmo terem sido vedados, e sem que haja notícias do município sobre o assunto, que já vem a ser solicitado desde o mandato do Dr. Carlos Marta, foi questionada a secretaria de Estado do ambiente que, em resposta de 17/08/2022 informou que se encontra em articulação, com o Município de Tondela, um protocolo para a cedência, a título precário, do edifício da Central de Pisões. Perante o exposto, solicitou esclarecimentos sobre a referida parceria e quais as orientações da Câmara Municipal para a preservação deste importante património do concelho, informou ainda que, a Fundação EDP dispõe de verbas para projetos este tipo. Anexo 8

O membro Sérgio Rodrigues demonstrou a sua insatisfação, partilhado pela população de Molelos, sobre a falta de médicos na unidade de saúde, prejudicando desta forma os utentes. Lamentou que não esteja a ser consagrado o direito, a estes utentes, de acesso à saúde e aos cuidados de proximidade, com a falta de profissionais nesta unidade, bem como a falta de sensibilidade para com os mais idosos e doentes crónicos, tornando-se numa situação insustentável a nível económico. Como Molelense, reclamou para a sua freguesia um serviço de saúde digno, que garanta cuidados de proximidade e o respeito pelos que a ele se dirigem. Desta forma, dirigiu à senhora presidente da câmara o apelo para se inteirar do problema, de forma a garantir a continuidade deste serviço de saúde.

Fez ainda, um balanço positivo sobre as atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Tondela. Deixou uma referência especial aos Corpos de Bombeiros de Tondela pelo seu apoio e disponibilidade às populações. Solicitou ainda à senhora Presidente da Câmara informações sobre o desenvolvimento do projeto IP3 – Auto Estrada Viseu- Coimbra. Anexo 9

A senhora presidente da Câmara respondeu ao membro da assembleia Amândio Loureiro, dizendo que acabou de ter conhecimento da receção um officio do Tribunal de Contas, no âmbito do pedido de Visto para um dos lotes da empreitada de água e saneamento ao Caramulo, não podendo prever quando será o reinício da obra, sem análise do referido officio. Referiu que a empreitada é composta por duas partes, uma de saneamento e outra de abastecimento de água, intrinsecamente ligadas e fazem parte do mesmo contrato, que tem vários lotes. Informou que sem a conclusão do lote que inclui a Casa de Manobras, a rede de águas não pode entrar em funcionamento. Contudo, salientou que a aquisição de equipamentos eletromecânico e eletrobombas, tem sofrido grandes demoras, não obstante, afirmou o empenho junto de quem ganhou a obra para que esta seja executada o mais breve possível. Fez uma breve explicação sobre o funcionamento da rede, referindo que vai funcionar num sistema misto de captações próprias e captações antigas, sendo a concessão adstrita às Águas do Planalto.

De seguida, referiu a importância que tem e que se tem dado à coesão territorial promovendo-a no concelho, como exemplo, referiu os esforços tidos para manter em funcionamento a valência da creche na IPSS do Recreio do Caramulo”, em colaboração com o senhor presidente da junta de freguesia do Guardão. Disse que a coesão territorial faz-se em vários domínios, quer sejam na execução de investimentos, quer sejam na celebração de protocolos de apoios com as Juntas de Freguesia, no sentido de apoiar em obras necessárias e das necessidades de todos.

Prosseguiu, dizendo que não se pode falar de bem-estar, sem antes falar de saúde, pelo que assim que tomaram conhecimento do que estava a acontecer no posto de saúde de Molelos, deslocaram-se ao local e verificaram que a informação era muito deficitária e de seguida contactaram com a responsável da USF de Tondela para perceber o que pretendiam fazer. Informou que a Dr^a Rosa diligenciou no sentido do aviso colocado no posto médico ser mais esclarecedor para a população. Referiu ainda que lhe foi comunicado o reforço de 13 horas laborais, de uma médica, na USF de Tondela, para dar apoio às necessidades existentes.



Demonstrou preocupação, não só quando ao funcionamento do posto de Molelos, mas também das unidades de Lajeosa do Dão e do Caramulo, pelo que irá ser solicitada uma reunião com a Dra. Rita, diretora do ACES Dão Lafões, no sentido de manifestar as preocupações e mostrar a total disponibilidade, para encontrar soluções, para que os cidadãos possam ter uma melhor resposta na prestação de cuidados primários de saúde. Informou igualmente, dos contactos estabelecidos com o senhor diretor do Centro Hospitalar de Tondela e Viseu, de modo a acompanhar a evolução da unidade de Tondela e funcionamento das urgências, por forma a dotá-las de melhores condições físicas para promover um melhor atendimento aos seus utentes.

Relativamente à mini-hídrica dos Pisões, disse que irá avaliar a situação e oportunamente serão prestadas informações mais precisas. Referiu que tem vindo a ser contruído um processo de valorização do património edificado, material e imaterial.

Deu a conhecer de acordo com reuniões efetuadas com responsáveis das Infraestruturas de Portugal, sabe que o projeto do IP3 está concluído e espera que brevemente haja desenvolvimentos e mais alguma informação.

Conclui que uma das alterações efetuadas na FICTON, foi a participação das freguesias, por um modelo diferente do que era o habitual, criando um stand no interior do pavilhão, dinamizando uma área institucional entre o Município e a CIM Dão Lafões e juntas de freguesia. Em contraponto, as freguesias puderem demonstrar a sua gastronomia, com prova de degustação aberta ao público, dinamizada diariamente no espaço “Ao Sabor”. Referiu que foi um momento de convívio, bem que haja sempre algo mais a melhorar. Lembrou que foi a primeira Ficton após a pandemia, que originou um esforço por parte das associações e dos seus dirigentes.

2.6. 4ª alteração modificativa ao orçamento e as GOP's de dois mil e vinte e dois

A senhora presidente da Câmara referiu que a presente alteração tem como objetivo reforçar duas rúbricas, referente ao desenvolvimento das Atividades de enriquecimento curricular e para a execução da empreitada da Loja do Cidadão, e das plurianualidades necessárias.

Colocada à votação a 4ª alteração modificativa ao orçamento e às GOP's de 2022, a mesma foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Mafalda Felgar, Amândio Loureiro, Márcio Santos,

José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Miguel Rui Figueiredo, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Aditamentos dos contratos interadministrativos: nº 17/2021 celebrado com a Junta de Freguesia de Molelos e nº 61/2019 celebrado com a Junta de Freguesia de Tonda

Não houve intervenções.

Colocado à votação os aditamentos dos contratos interadministrativos nº 17/2021 e 61/2019, os mesmos foram aprovados unanimidade, com os votos a favor dos membros:

António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Mafalda Felgar, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Miguel Rui Figueiredo, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8. Anulação de deliberação de aprovação de contrato interadministrativo com a União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa



A senhora presidente da Câmara informou que atendendo ao facto do contrato interadministrativo não ter tido execução, é presente ao órgão para a sua anulação.

O membro Martinho Rodrigues questionou a razão para a anulação do contrato interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia.

A senhora presidente da Câmara respondeu que teve a ver com o facto de o objeto do contrato não ter sido executado, por ter existido outra opção para o tratamento dos resíduos.

Colocada à votação a anulação do contrato interadministrativo, foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Mafalda Felgar, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Miguel Rui Figueiredo, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.9. Regulamento do Museu Terras de Besteiros

A senhora presidente da Câmara referiu o regulamento define todo o funcionamento do Museu Terras de Besteiros.

O membro Felisberto Figueiredo referiu que seria interessante integrar no núcleo museológico, o sistema de eletricidade ao Caramulo, por constituir vestígios de um património importante, integrando numa rota turística.

De seguida, disse que em tempos comprou o espólio de um sapateiro, que entregou ao Museu, sem que para tal tivesse recebido qualquer documento dessa entrega e que espera um dia ver em exposição. Referenciou a recolha de material didático do antigo colégio do Caramulo, que tinha como finalidade colocar numa escola devoluta.

Colocada à votação o regulamento do Museu Terras de Besteiros, o mesmo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Mafalda Felgar, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Miguel Rui Figueiredo, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.10. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O membro Paulo Dinis lembrou o executivo camarário de que a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho não tem água ao domicílio e esgotos, provocando muitos constrangimentos, quer sejam por questões de saúde, atendendo que existem fossas que na sua maioria são sumidouros e estão construídas na proximidade de habitações. Referiu, igualmente que as inexistências dessas infraestruturas também causam constrangimentos a nível económico, devido à desvalorização do património, pelo facto de haver pessoas com intenções de aquisição de imóveis e quando verificam que não há possibilidade de ligação à rede pública, deixam de ter interesse em investir, o que origina um despovoamento, em benefício de territórios vizinhos.

Referiu que foi contactado para a comemoração do 25º aniversário de São João do Monte a vila, mas ao pensar, verificou que não tinha obra para apresentar ou para inaugurar, não tinha saneamento, que em dez anos perdeu 27,8% da população, ficaram sem médico de família e sem farmácia, pelo que entende não existir motivos para tal comemoração.

Agradeceu a intervenção do senhor presidente da junta de freguesia de Guardão, na qual se revê, pelo facto dos problemas de o Caramulo serem semelhantes ao da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, apesar de um pouco mais

agravados, apelando ao município a celebração protocolos de apoio às freguesias, para que possam evoluir.

Seguidamente, interveio o membro Andreia Sousa que apresentou um voto de pesar, pelo falecimento de Maria de Lurdes Loureiro Silva, poetisa Filipa Duarte. Anexo

O senhor presidente da Mesa colocou o voto de pesar à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Andreia Sousa, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Mafalda Felgar, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Miguel Rui Figueiredo, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Seguidamente, o senhor presidente da Mesa, enquanto membro da assembleia, interveio para salientar o abandono crescente do território do interior do país, em particular do concelho de Tondela, pelas autoridades centrais, quer seja na saúde, quer seja na rodovia, IP3. Disse perceber a intervenção do senhor presidente da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, quando evocou que a falta de médico também é causadora de despovoamento. Referiu que cada vez mais existe queixas de falta de cuidados de saúde, quer seja pela falta de médico, quer seja pela falta de assistente operacional, em qualquer localidade do concelho, questionando se são portugueses de segunda.

Relativamente ao IP3, disse que o projeto foi lançado a concurso em 2015, em perfil de autoestrada, sem que até ao momento tenha sido executado, apesar de ser a única autoestrada com sustentabilidade económica demonstrada.

Disse que são dois problemas que afetam Tondela e que provocam sentimento de frustração com o abandono, por não existir nenhuma perspetiva de resolução, exortando para que cada um exerça as suas influências pelos canais competentes.

O membro Martinho Rodrigues referiu que o lote 1, da empreitada de requalificação do IP3, de Santa Comba Dão a Viseu, tem uma conclusão do projeto prevista para o 2º trimestre de 2022 e que o lançamento da empreitada é no 2º semestre de 2022. Disse que como todos sabem os estudos são morosos e que pode ter existido algum atraso com as questões conjunturais do país. Referiu que relativamente ao lote 2,

de Souselas a Lagoa Azul, que está prevista a conclusão do projeto no 2º semestre de 2022 e o lançamento da empreitada é para o 1º semestre de 2023. Relativamente ao lote 3, da Lagoa Azul a Santa Comba Dão, disse que a conclusão do projeto está prevista para o 2º semestre de 2022 e o lançamento da empreitada para o 2º semestre de 2023.

O senhor presidente da assembleia agradeceu a informação, mas referiu que as pessoas não andam em cima de projetos de papel, esperando que os projetos passem à realidade. Disse que a sua preocupação nada tem a ver com o Partido Socialista de Tondela, pois se cada um pudesse resolver as situações já o teriam feito, apelando que haja uma união em torno destas situações.

O membro José António Matos questionou quais as diligências efetuadas pela Câmara, no que diz respeito à requalificação dos Nós do IP3, atendendo que serão os primeiros a serem requalificados, principalmente o de Molelos que sofrerá uma grande intervenção, de modo a causar menos constrangimentos para as populações.

A senhora presidente da câmara informou que na semana anterior participou numa reunião, onde estiveram presentes elementos da equipa projetista, para análise e reflexão do Nó de Molelos, que tem necessidade de uma alteração profunda.

3-Período aberto ao Público

Esteve presente o senhor Miguel Andrade, representante da Comissão de moradores da urbanização Jardins D'Água, que expôs a problemática verificada com a construção de uns campos de padel, junto à urbanização. Referiu que os campos estão em funcionamento há vários meses, com licenciamento municipal, bem que tenham iniciado a sua atividade sem o devido licenciamento. Disse que de acordo com a advogada, que consultou o processo, o complexo apresenta várias irregularidades. Referiu que essas irregularidades se iniciaram com a utilização de muros existentes das habitações, para suporte de terras, para o qual não detém a devida sustentabilidade, pois não foram construídos para o efeito. Referiu, também que foram construídos muros sem que fossem executados com a devida segurança, de acordo com informações técnicas que obteve.

Continuou dizendo que até à data não estão ligados à rede de águas pluviais. Disse que um pequeno espaço de estacionamento está impermeabilizado e as águas estão a correr para local próprio, mas que outra parte passa por cima dos terrenos dos vizinhos. Referiu que não cumpre com o complexo e não está ligado à rede de saneamento. Informou que a câmara foi alertada, antes do devido licenciamento, que

estavam em funcionamento, sem que estivesse efetuada a ligação à rede de esgotos, o que até à presente data se mantêm. Referiu, ainda que o promotor solicitou à Câmara um pedido de informação prévia e que o edificado não cumpre com os requisitos formulados nesse pedido. Disse que o regulamento técnico das instalações desportivas refere que “devem ser adotadas disposições construtivas que assegurem o isolamento sonoro e limitem a transmissão de ruído para a vizinhança e área contíguas”. Ora, referiu que o espaço foi coberto por uma tenda, pelo que o ruído é projetado. Refere que no PIP, a Câmara informa “que não sejam criadas incompatibilidades derivado ao ruído provocado pela utilização de campos de jogos”. Disse que a câmara tem conhecimento de tudo e permite que o espaço funcione até às 23h, todos os dias da semana, em que acresce um bar com esplanada, que não tem isolamento sonoro e que funciona até às 2h da manhã. Refere que no PIP, nem o promotor, nem a câmara fazem referência a um bar, sendo que só referem a construção de 3 campos com instalações de apoio. De seguida, cita que o regulamento de instalações desportivas refere que “instalações de apoio são balneárias, instalações sanitárias, locais de primeiros socorros e arrecadações de material desportivo”.

Informou que foram recebidos pelo senhor vereador do urbanismo e pelo senhor arquiteto Ernesto Pereira que disseram que era de todo incorreto que o funcionamento do bar ocorra após o encerramento dos campos de jogo, mas que este funciona todos os dias, tendo grandes repercussões nos moradores vizinhos. Disse que compete à Câmara de acordo com o Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Tondela, no artigo 9 “ pode restringir os limites dos horários de funcionamento ... desde que estejam em causa razões de segurança dos cidadãos... Estejam em causa razões de proteção da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente o direito ao repouso... Existam reclamações fundamentadas sobre o funcionamento dos estabelecimentos”.

Por fim solicitou que a câmara faça cumprir os seus regulamentos e que imponha ao promotor o cumprimento da legislação, de modo a que os moradores voltem a usufruir da qualidade de vida que tinham anteriormente.

Seguidamente, a senhora presidente da Câmara informou que o investimento foi requerido por Eduardo Afonso Marques, Soc. Unipessoal, Lda, com o Pedido de Informação Prévia nº 11/2021 – Construção de Equipamento Desportivo. Esta foi viabilizada por despacho de 26-10-21 e que atualmente se encontra em vigor. Após esse pedido, deu entrada uma denúncia registada com o nº 04/2022/7, pela realização de

obras sem o necessário controlo prévio, seguido de um processo de contraordenação 09/2022/02, que se encontra a decorrer. Posteriormente deu entrada o processo de legalização, registado com o nº 01/2022/99, que mereceu parecer favorável dos serviços. Nos serviços encontra-se uma reclamação em análise. Relativamente à conformidade com o PDM, em vigor, de acordo com a carta de Ordenamento do PDM, os prédios onde se encontram as edificações situa-se em Solo Urbano, em Solo urbanizado na categoria de Media Densidade Nível II. As regras de edificabilidade previstas no artigo 64º do Regulamento do PDM, são respeitadas. É verificado o cumprimento do artigo 21º (Compatibilidade de Usos e Atividades) do regulamento do PDM. A utilização pretendida é compatível com o uso dominante que é de habitação. Acrescentou que os moradores estiveram reunidos, na Câmara, com o senhor vereador do urbanismo, tendo efetuado uma reclamação, que está a ser analisada pelos serviços, para que seja dada a devida resposta.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é devidamente assinada por:

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário:

guedes
A
P.

**Exmo. Senhor Presidente da Mesa e
demais membros;**

Exma. Senhora Presidente da Camara

Exmos. Senhores Vereadores

**Exmos. Senhores Membros da
Assembleia**

Caros colegas Presidentes de Junta

Publico em casa e presente,

Comunicação Social

Para nós Junta de Freguesia do
Guardão, 2022 tem sido um ano de
consolidação, de conhecimento e ao
mesmo tempo de afirmação e
embora esteja a ser um ano difícil,
em que devemos ter os pés bem

A
S
P.

assentes na terra, temos um caminho a trilhar!!

A visita do Ex.mo Sr. Presidente da República e os demais convidados, foi uma mais valia para a promoção da Vila do Caramulo e para o concelho de Tondela!!

A reinauguração do Museu do Caramulo, e a inauguração Caramulo Experience Center merecem uma palavra de apreço da nossa parte! São projetos que dignificam a nossa região e como tantos outros desenvolvidos pelo Museu do Caramulo, serão certamente sinónimo de sucesso!!

A
B
C

Eventos como o Caramulo Motorfestival, a Rampa do Caramulo, a festa das Cruzes ou a adesão do Jueus à rede “Aldeias de Portugal” são muito importantes para nos dar a conhecer enquanto território e demonstrarmos bem o nosso potencial!

Existem, no entanto, problemas estruturais que devem ser combatidos por forma que a Coesão Social seja uma realidade no nosso concelho e em particular na nossa freguesia:

- A manutenção de serviços como as escolas, a creche, a extensão de

A
B
C

saúde, são pilares fundamentais para que não exista a tendência natural de as pessoas sentirem que não têm condições para ficar!

Se temos tudo de um lado e nada do outro, é fácil decidir! A valência da creche foi um bom exemplo do que se pode conseguir! Quando as partes se unem em prol de um objetivo é difícil que o resultado não seja aquele que tanto queríamos.

-É difícil, no entanto entender, como é que passados tantos anos, na nossa freguesia, das 10 localidades existentes, apenas duas (Caramulo e Guardão) têm saneamento e água ao domicílio. Roma e Pavia não se

A
A
A

fizeram num dia, é verdade, no entanto temos de definir objetivos e criar estratégias em conjunto para que ainda dentro deste mandato, possamos apresentar outros números.

Questiono, qual o horizonte temporal que o município tem para estes investimentos?

- A habitação a custos controlados tem de ser uma realidade!

A oferta de trabalho no concelho é boa, no entanto é legítimo que quem queira viver no Caramulo e na freguesia do Guardão, possa

Handwritten signature or initials in blue ink.

também usufruir de condições semelhantes para o fazer! Nem todos temos condições para construir casas de raiz!

O município tem previstos estes investimentos na nossa freguesia?

-A rede de transportes existente não pode funcionar quase em exclusividade em apoio ao parque escolar; devem-se ajustar tendo em consideração que nas nossas Zonas Industriais trabalham milhares de pessoas que podem em muito beneficiar desta medida, contribuindo também para a sustentabilidade ambiente!!

-O projeto da CIM(IR/VIR) é bom, mas necessita, de outra forma de comunicar; o papel da Junta na divulgação do mesmo não é suficiente; a mensagem não está a chegar a quem necessita deste serviço; se formos por essa serra fora pouca gente tem conhecimento do mesmo, muito menos da forma como funciona.

Nos últimos 10 anos a freguesia do Guardão perdeu quase 20% da sua população!

Este processo tem de ser invertido!

**Se tivermos gente a fixar-se,
resolvem-se parte destes
problemas!**

Notamos e verificamos que o Município tem vontade que o processo se inverta. Não podemos perder mais tempo, temos de avançar, já!!

Nesta fase, e com a criação das infraestruturas básicas praticamente resolvidas na Vila do Caramulo (rede de água, saneamento e passeios), existem agora condições para que o

investimento público e privado, se faça notar e avance!!

Todos os euros que se gastem na nossa Serra têm de ser vistos como um investimento no concelho! A Serra pode e deve ser um meio para chegar a um fim: **para isso é fundamental dar a conhecer, de forma concertada, o nosso território e as nossas potencialidades!**

A conclusão, durante 2023 do Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo, obriga a que o Município e os investidores privados rapidamente coloquem em prática a sua estratégia para avançar com a execução do Museu do

Brinquedo e para a reabilitação do espaço do antigo cinema do Grande Sanatório!!

Existem projetos privados aprovados, que devem ser impulsionados para que se executem e que saiam do papel! Devemos estimular e criar condições para que esses investimentos possam ver a luz do dia.

Com esta dinâmica, com certeza que mais investidores vão sentir que aqui o seu dinheiro é bem aplicado.

Se na década de 40/50 a Vila do Caramulo teve o seu apogeu, na de 80 teve o seu declínio;

Acredito que neste momento estamos a renascer! A Vila do Caramulo e a Serra do Caramulo têm de renascer!!

Termino com umas palavras da Milene Matos, que quando normalmente fala da Serra do Caramulo, tão bem o faz:

“A ciência abandonou a nossa Serra, e é tempo de trazê-la de volta. Turismo, biologia, marketing, desporto, etnografia, sociologia, economia, saúde,

§
D
/2
P.

entre outros ramos do conhecimento, serão a chave para o planeamento estratégico e para a ação coletiva que poderá, por fim, e de uma vez por todas, pôr Tondela no mapa do desenvolvimento sustentável e da cidadania ativa.”

Contamos com todos, sem exceção, para que nos ajudem a executar esta tarefa tão árdua!

Obrigado

Exmo Sr Presidente da Assembleia

Exma Srº Presidente da Câmara

Exmos Srs membros da mesa

Exmos Srs Vereadores

Caros Presidentes de Junta

Membros da Assembleia

Comunicação Social

Sra Presidente, com o mandato que os fregueses de Caparrosa e Silvaes me delegaram venho aqui partilhar as suas angústias ou se preferir trazer um “grito mudo” que clama por atenção.

Não querendo apropriar-me do seu sentir, penso não me equivocar ao afirmar que será também o sentimento de muitas freguesias periféricas do nosso Concelho.

Com muita frequência ouvimos nesta Assembleia o chavão do Estado centralista que concentra a esmagadora fatia do orçamento no litoral e particularmente nas grandes áreas metropolitanas.

Ora, é exatamente esse o sentimento dos infelizmente poucos habitantes da nossa Serra do Caramulo em relação às opções que têm sido tomadas nos últimos largos anos.

=>Encerraram os serviços descentralizados da Segurança Social e eles compreenderam!

=>Depois encerraram os serviços descentralizados da saúde e eles, com o desígnio dos costumes brandos, anuíram!

=>Depois encerraram os jardins de Infância e eles resignados perceberam!

=>Depois encerraram as escolas e compreenderam que já quase nada restava!

=> E eis que, a pretexto de uma crise económica e uma pseudo reforma administrativa, foi concluído que a causa dos gastos excessivos do estado eram as dispendiosas e dispensáveis Juntas de Freguesia do interior e claro era necessário acabar com elas. Penso ter sido aqui que se instalou a perigosa e clara perceção que já ninguém se importava com eles.

Srª Presidente, este “grito mudo” que sinto o dever moral de exprimir, é também um repto que lhe lançamos para invertermos definitivamente esta trajetória e assumirmos o território no seu todo e de uma forma coesa. Não pode haver uma região de bem estar que conviva indiferente com as assimetrias gritantes do território.

Contudo, admito que o diagnóstico, por tão evidente, seja sobejamente conhecido de todos. Por isso, expresso aqui a nossa total disponibilidade para contribuir para a busca de soluções que mitiguem e a prazo invertam esta espiral de despovoamento e abandono desses territórios.

Por isso deixo algumas sugestões que, numa fase de elaboração do Plano e Orçamento, desejaríamos fossem ponderadas:

- Quando no mundo se discute a rede 5G e a Inteligência Artificial, alguns cidadãos do nosso Concelho ainda não têm acesso a uma rede pública de água e saneamento!

Atrevo-me a colocar uma questão como ponto de reflexão: Imaginem como será viver numa habitação que não tem acesso à rede de água e saneamento!

Essa grave lacuna é tremendamente exponenciada quando a aldeia vizinha, porque pertence a outro Concelho, já tem esses serviços básicos instalados há muitos anos.

Não querendo carregar demasiado na adjetivação, apenas refiro que a falta de investimento é por demais evidente quando ainda este ano foi necessário recorrer ao abastecimento dos reservatórios em Souto Bom com recurso a autotanques dos Bombeiros. Algo impensável numa aldeia em que há abundância deste recurso!

- Conjugando o abandono e degradação do Parque habitacional das nossas aldeias com a proximidade do Parque Industrial do Lagedo e a oferta turística extraordinária da nossa Serra do Caramulo, qual o constrangimento para ainda não estarem criadas ARUS em todas as freguesias?

Assumindo-se a reabilitação urbana como uma componente indispensável da política de habitação, o que nos impede de colocarmos à disposição dos jovens casais um instrumento que lhes permite e incentiva a requalificação da casa dos avós e assim fixarem-se nas suas aldeias?

- Outra medida que entendemos ser estrutural e essencial para a coesão do nosso território passa pela valorização do papel das Juntas de Freguesia nesse desígnio.

O Dec Lei 57/2019 preconiza a afirmação das freguesias como polo essencial da democracia de proximidade e de igualdade de acesso aos serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento das regiões mais periféricas e do interior, assim assegurando uma maior coesão territorial.

Em nossa opinião o legislador quis transmitir o princípio fundamental de confiança em critérios objetivos de distribuição de recursos que não sejam subvertidos por critérios discricionários e aleatórios.

A tão propalada coesão territorial não pode estar sujeita a humores, simpatias ou cores. Deve ser encarada como um desígnio do nosso Concelho alicerçada em critérios claros e objetivos.

O desafio que nos é colocado passa pelo envolvimento das Juntas de Freguesia como agentes ativos, com autonomia e recursos para a definição das políticas locais.

Só com coragem e confiança na definição de critérios claros e objetivos poderemos envolver todos para um objetivo que é comum independentemente das nossas opções religiosas, políticas ou ideológicas.

Caparrosa, 23 de setembro de 2022

B
J
P

Relatório de Atividades da Câmara Municipal de Tondela

De 24 de junho de 2022 a 23 de setembro de 2022

Decorreu no passado dia 24 de junho a 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tondela.

O impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, continua, numa forma assustadora a retrair os investimentos e a provocar cada vez mais incertezas nos agentes económicos.

O acesso a matérias primas é cada vez mais difícil, o que está a acarretar graves consequências no desenvolvimento da nossa economia, nomeadamente no setor da construção civil, provocando atrasos na prossecução dos trabalhos e levando a inúmeras suspensões e prorrogações de prazos.

A inflação, continua a ultrapassar todas as previsões efetuadas gerando inúmeras incertezas. Se aliarmos esta imprevisibilidade à certeza dos aumentos das matérias primas e à sua escassez, certamente concluiremos que o futuro próximo não augura nada de bom.

A seca severa que atingiu o nosso país, levou-nos a encetar várias iniciativas. Desde logo, o acompanhamento junto das Águas do Planalto desta matéria, avaliando-se as reservas de água existentes, bem como quais as medidas implementadas para mitigar os efeitos da seca severa. Ainda neste âmbito, no domínio de intervenção da CIMVDL, a participação em reuniões com a APA. Ainda neste domínio, e de modo a promover uma adequada gestão e a preservar, o mais possível, os níveis freáticos da água, foram tomadas algumas medidas, nomeadamente: desligar as regas dos relvados e jardins públicos, desligar as bombas dos lagos urbanos, campanha de sensibilização com o objetivo de promover o menor consumo por parte do munícipe.

O processo da transferência de competências na área da educação, teve especial relevância neste período de preparação de um novo ano letivo, com um conjunto de novos e importantes desafios no garante de uma educação de sucesso para os nossos alunos.

Num contexto de mudança, o Município encontra-se empenhado em promover, juntamente com os demais parceiros, maior proximidade com a realidade do parque escolar, potenciando uma maior eficácia e rapidez na resolução das várias situações do dia a dia, com uma melhor utilização dos recursos e, conseqüentemente, melhor serviço à população.

A Carta Educativa assume-se, neste contexto, como um importante instrumento agregador de toda a estratégia concelhia em matéria de educação.

Para além destas novas competências, o Município continua a assegurar importantes iniciativas de coesão territorial, nomeadamente :

- Oferta do transporte escolar aos mais de 2700 alunos do concelho, num investimento de 470 000,00 euros.
- as Atividades de Animação e Apoio às Famílias e a Componente de Apoio à Família que garantem, respetivamente, a permanência em período alargado dos alunos no jardim de infância e as refeições aos alunos do 1º ciclo.
- as AEC, com um custo anual superior a 230.000€, mantendo-se como uma aposta no enriquecimento das competências dos alunos do 1º ciclo, alunos que usufruem ainda da distribuição de duas peças de fruta por semana, num programa que procura estimular uma alimentação saudável precoce.
- O serviço de refeições no montante de 1 102 185,72€.

O Prémio de Melhores Alunos, os Minis em Ação ou a Bolsa de Ensino Superior são mais algumas iniciativas do Município na promoção do sucesso educativo e bem-estar dos alunos do nosso concelho.

O setor da construção civil, como já referimos, está profundamente abalado pelos efeitos negativos da pandemia COVID-19, agravados com a crise trazida pelo conflito armado.

A dificuldade na aquisição de matérias primas e aumento do seu custo, têm originado atrasos diversos nas empreitadas que se encontram a decorrer, afetando a estratégia integrada de investimentos que o concelho de Tondela sempre se pautou por ter, que vão desde pequenas intervenções em todas as freguesias, bem como outras de maior importância, mas que, em simultâneo, servem para a consolidação do nosso desenvolvimento.

O Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, a ampliação da ZIM Tondela, são exemplos disso mesmo.

A Frente Ribeirinha, cuja ponte pedonal já é visível, representa também um importante investimento, sobretudo ao nível da qualidade de vida no meio urbano, ligando desta forma a Ecopista do Dão à cidade. O lote 2 de trabalhos previstos está concluído, estando agora a decorrer a fase de consolidação das margens e açudes.

A somar às intervenções realizadas pelo Município, refere-se também as que são realizadas pelas juntas de freguesia com o apoio financeiro protocolado com o Município, e que se realizam um pouco por todo o território. A título de exemplo a conversão do Antigo Posto de Turismo do Caramulo em Museu da Estância Sanatorial.

Na área do ambiente salientar as obras da nova ETAR do Lajedo e já próximo do término, as intervenções de água e saneamento à Vila do Caramulo.

Ainda no domínio do ambiente, salientam-se o trabalho realizado durante este período em sede da AINTAR , no âmbito do qual se destaca, o concurso público a decorrer em para a criação do Sistema Norte, cujo projeto é da responsabilidade do Município, e que se encontra na fase final, revisão estatutária, início do processo de transferência da gestão do sistema para a AINTAR, pretendendo-se o seu início a 1 de novembro do corrente ano.

No âmbito da aplicação dos fundos comunitários, refere-se a aprovação e assinatura do termo de aceitação da candidatura à Loja do Cidadão de Tondela, bem como o trabalho realizado na apresentação de diversas reprogramações físicas e financeiras, e que se encontra a aguardar a aprovação por parte das entidades gestoras, fundamental para posteriormente serem apresentados os pedidos de pagamento correspondentes.

Iniciámos também a preparação da apresentação das candidaturas ao PRR das Unidades de Saúde Familiar de Tondela e do Polo do Caramulo-Extensão de Saúde de Campo de Besteiros. Acerca desta matéria, é de referir que estes novos avisos, consideram condições de elegibilidade relativamente à eficiência energética, mais rigorosos do que foi considerado no Programa Operacional 2020, o que significa uma avaliação das condições de admissibilidade e projeto.

Na área do investimento empresarial o Concelho de Tondela continua a afirmar-se como o motor económico da região. Várias são as empresas que continuam a apostar no nosso território. Na Zona Industrial do Lagedo destacar a nova unidade desenvolvida pelo Grupo Fresenius Kabi, que inaugurou, hoje mesmo, a instalação de Compounding industrial.

Ainda neste âmbito salientar que foi pavimentada o acesso à Zona Industrial do Lagedo, trabalhos de fresagem e regularização de pavimento, num total de 15 000,00€.

Pese embora a conjuntura económica e a pandemia tenham dificultado muito um conjunto de intervenções, quer pela escassez de bens e de mão de obra, quer pelo aumento de preços, a obra de ampliação e requalificação da Zona Industrial de Tondela está de novo em bom ritmo, em particular algumas asfaltagens e acabamento de passeios.

No domínio da intervenção social, destacamos as intervenções realizadas no âmbito do projeto da associação Just a Change. Através desta importante parceria, foram intervencionadas um conjunto de habitações, melhorando de forma significativa as condições de vida das famílias que nelas habitam.

Destacamos igualmente, o apoio financeiro prestado no âmbito da recuperação das segundas habitações.

No domínio da saúde, referir o lançamento das obras de requalificação da USF de Canas de Santa Maria, e do Polo do Caramulo da Extensão de Saúde de Campo de Besteiros, no valor de 211

A última nota de realce no domínio da intervenção social, é deixada para o trabalho que foi desenvolvido em conjunto com a IPSS- Recreio do Caramulo, Junta de Freguesia do Guardão e Serviços Distritais da Segurança Social, e que permitiu manter em funcionamento a valência creche para o próximo ano letivo, valência cuja importância por todos é reconhecida, sendo imperiosa a sua manutenção.

Mas, também, na Cultura e Associativismo se deram passos importantes tendo sido efetuadas reuniões de trabalho visando a criação da “Carta Associativa” Municipal que efetue um levantamento atualizado do tecido associativo cultural e desportivo não federado. Já foram iniciados os trabalhos práticos de recolha de elementos no terreno.

Foram ainda aprovados os protocolos de apoio às atividades do Movimento Associativo Cultural Desportivo e Recreativo no valor de cerca de 98.000,00€.

O município, ao longo dos últimos meses, tem desenvolvido um conjunto de iniciativas que, por força da pandemia não acontecerem durante dois anos, mas que em 2022 devolveram a esperança às nossas gentes.

No início de julho retomou-se o Tondela Brancos Dão que contou com mais de 25 produtores vinícolas, aliando o vinho branco à gastronomia e animação.

De forma permanente, o Tondelanima foi percorrendo diversas freguesias do concelho, levando às nossas comunidades cultura local, com a participação da Casa do Povo de Tondela, Sociedade Filarmónica Tondelense e a ARCA.

Salientamos, ainda a participação na Semana Gastronómica do Cabrito, no Caramulo; a Soenga, em Molelos; o Motorfestival e a Rampa, no Caramulo, contando com a presença do Sr. Presidente do Turismo do Centro de Portugal, Dr. Pedro Machado e culminando

As comemorações do 40º Aniversário da Associação dos Combatentes do Ultramar, merecem destaque. Momento único de reconhecimento pelo contributo que os combatentes deram na defesa da Pátria e pelas suas famílias.

Realização da Ficton entre 14 e 19 de setembro – a maior montra empresarial, industrial, comercial e gastronómica de Tondela com a presença da Srª Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Profª Drª Isabel Ferreira. Integrado na FICTON, sublinhamos ainda as comemorações do dia 16 de setembro, o feriado municipal e a comemoração do 99º Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Tondela, bem como a realização solene evocativa do feriado municipal, com entrega de galardões municipais, tendo estado presente o Sr Vice-Presidente da CCDRCentro Dr. José Morgado Ribeiro.

No domínio dos apoios e benefícios, salientamos o apoio à natalidade e os benefícios sociais atribuídos aos Bombeiros Voluntários respeitantes a 2021 e a abertura e conclusão da análise respeitantes a 2022.

De forma sucinta, passamos a descrever as principais atividades realizadas durante este período:

Requalificação Urbana, Vias e mobilidade e ambiente – Empreitadas a decorrer

- Centro Tecnológico e empreendedorismo
- Requalificação da Frente Ribeirinha
- Centro de Recolha Animal
- Ampliação da Etar da ZIM do Lajedo
- Rede de Águas e Esgostos na Vila do Caramulo
- Concluída a pavimentação das ruas envolventes do Lote A da ZIM da Adiça;
- Pavimentação, em curso, da camada de desgaste do Lote B da ZIM da Adiça;
- Ligação da Rua das Eiras, á Rua do Cruzeiro em Molelos;
- Execução de passeios e pavimentação em Molelinhos – Mata
- Revestimentos das valetas em Mosteiro de Fráguas e Sabugosa;
- Beneficiação de arruamentos no Caramulo;
- Manutenção e arranjo de espaços públicos – Tondela
- Manutenção e limpeza de vias – EN 627 – Nandufe
- Manutenção e limpeza de vias – EM 632 Mouraz - Ferreirós
- Manutenção e limpeza de vias – N 337 – S Miguel do Outeiro
- Manutenção e limpeza de vias – UF Tondela / Nandufe
- Manutenção de vias – UF mouraz/Vila Nova da Rainha; caminho paralelo ao IP3
- Manutenção de lombas redutoras de velocidade – Canas Stª Maria
- Manutenção do cemitério

Cultura e Património Cultural e Natural

- Realização da Rota dos Caleiros
- Encerramento do processo de classificação imóvel de interesse público do Solar de Sant'Ana.

- Respostas à Direção Regional de Cultura relativamente à Classificação do edifício do museu do Caramulo como imóvel de interesse público.
- Recolha de contributos para a Carta Arqueológica Municipal.
- Inauguração da exposição “Aquarelas de Tondela”

Turismo / Património

- Consulta pública do projeto de decisão relativo à classificação como MIP (monumento de interesse público) da Igreja de S. Tiago, em Santiago de Besteiros.
- Reuniões de trabalho em Tondela e no Caramulo com equipa de Técnicos do Turismo de Portugal
- Reuniões de trabalho com a Câmara Municipal de Vouzela e Museu Ferroviário em ordem à elaboração conjunta de uma candidatura no âmbito do programa “Valorizar”.
- Visita à aldeia do Lugar do Boi e reunião com os novos detentores de habitações, em fase de recuperação, auscultando os seus anseios e expetativas

Educação

- Reuniões de articulação com os Agrupamentos de Escolas e abertura de procedimentos concursais relativos às refeições, transportes escolares leite, fruta escolar e transportes.
- Implementação de instrumento de gestão, a expensas do município, de todos os graus de ensino relativos a gestão de alimentação e respetiva faturação.
- Celebração de protocolo de articulação com a Associação de Música e Artes do Dão.
- Continuação de trabalho a escolas do primeiro ciclo e Jardins de infância, no âmbito de intervenções estruturais a finalizar, nomeadamente:
 - EBO Tourigo
 - EBO Barreiro de Besteiros
 - EBO de Tonda
 - EBO de Molelos
 - EBO de Santiago de Besteiros
 - EBO Castelões
 - EB1 Tourigo
 - EB1 de Canas de Santa Maria.
 - Vista de estudo ao Oceanário destinada aos alunos finalistas do 4º ano do 1º ciclo dos dois agrupamentos.

Participação na final do programa Apps for Good por parte de duas equipas da escola secundária de Molelos. Trata-se de um programa educativo tecnológico, que desafia alunos do 5º ao 12º ano e professores de todas as áreas disciplinares a desenvolverem aplicações para smartphones ou tablets, mostrando-lhes o potencial da tecnologia na transformação do mundo e das comunidades onde se inserem. Com uma metodologia de projeto e com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os alunos têm oportunidade de experienciar o ciclo de desenvolvimento do produto e participar numa competição a nível nacional. Os seus pilares fundamentais são: aliar tecnologia e cidadania ativa, capacitar os jovens para o futuro, transformar e inovar as práticas pedagógicas de ensino, criar escolas abertas à comunidade com ligação ao mundo real.

Realização de reuniões de trabalho com a FPF/AFV relativamente a "case study" a realizar no nosso município integrado nas AEC's

Abertura de componente de apoio à família na 1ª semana de Agosto.

Funcionamento da Ludoteca durante as férias escolares.

Reunião de trabalho com os agrupamentos, nutricionista e empresa que vai gerir os refeitórios das EB2/3 e Secundárias.

Recursos Humanos

Foram realizadas reuniões em todos os serviços do município (agrupamentos de escolas incluídos) no seguimento da implementação do Sistema de Gestão de Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, a fim de se proceder à Avaliação de Riscos Psicossociais no local de trabalho, conforme identificado em Plano de Medidas. Pretendem-se a participação do maior número possível de colaboradores na resposta ao inquérito.

Continuação do ajustamento de recursos humanos nos setores onde havia necessidade de reforço de meios;

Admissão para o quadro do município de 7 assistentes operacionais a serem alocados aos dois agrupamentos de escolas do concelho.

Acompanhamento dos procedimentos concursais das áreas da Comunicação, Ação Social e Assistentes Operacionais.

Finalização do procedimento e admissão de Assistentes Técnicos.

Continuação da operacionalização dos procedimentos para a Comunicação, área Social e Assistentes Operacionais.

Realização da 1ª Auditoria de Acompanhamento, para a avaliação do Sistema da Município de Tondela, de acordo com a norma NP 4552:2016, no âmbito "Gestão da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal para as atividades de prestação de

serviço aos munícipes e outras partes interessadas no âmbito de toda a atividade desenvolvida pelo Município de Tondela.

Urbanismo e Planeamento Urbano

Conclusão das reuniões de trabalho visando a operacionalização da revisão do Plano Diretor Municipal.

Admissão de 4 técnicos superiores para o Departamento em ordem a uma mais célere análise dos processos admitidos.

Reunião de trabalho no âmbito do PROT - CENTRO – Plano Regional de Ordenamento do Território.

Reuniões com a CCDRCentro, no âmbito do PPIT da ZIM Tondela

Ação Social e Saúde

Ações desenvolvidas e em curso, para efeitos de acolhimento e integração dos deslocados ucranianos;

Núcleo de inserção do RSI;

Tarifa social da água e saneamento;

Apoios à reabilitação habitação;

Comemoração do Dia Internacional dos avós;

Apoio municipal à Natalidade e à Adoção; Plano Municipal para a igualdade e não Discriminação;

Parceria com a “Just a Change” recuperando três habitações;

Lançamento das USF do Caramulo e de Canas de Stª Maria.

Desporto:

Caminhada Saúde em Dia – 26 de junho de 2022

Caminhada que assinala o final da 1ª fase do Projeto Saúde em Dia. Tem como finalidade, marcar o encontro entre todos os participantes e as associações promotoras do Projeto.

Encerramento Escola de Natação – 30 de junho de 2022

Total de alunos à data do encerramento: cerca de 800 alunos (valor praticamente equiparado ao total de alunos na última época, “pré” Covid 19).

Receção Sub-12 e Sub-14 CDT – 01 de julho de 2022 - Conquista das Taças de Ouro dos respetivos campeonatos

Abertura das piscinas de exterior – 15 de julho de 2022

Intervenções principais para abertura das piscinas: limpeza e fibragem de caleiras

NéonRun – 23 de julho de 2022

Organização: Casa do Benfica do Concelho de Tondela

Parceiro: Município de Tondela

Participantes: Cerca de 650 pessoas

Valor do Apoio: 4.900,00€

Trail Rota dos Espigueiros – 13 e 14 de agosto de 2022

Organização: ARCAPA (Associação Recreativa e Cultural de Caparrosinha)

Parceiro: Município de Tondela

Valor do Apoio: 5.000,00€

Motor Festival – 02 a 04 de setembro

Organização: EDC (Associação de Eventos do Caramulo)

Parceiro: Município de Tondela

Valor do Apoio (monetário e espécie): 45.135,25€ (40.000,00€ + 5.135,25€)

40 000 visitantes

-31ª Edição da Rampa do Caramulo – 10 e 11 de setembro

Organização: Targa Clube e Racing Team

Parceiro: Município de Tondela

Valor do Apoio (monetário e espécie): 31.975,65€ (27.500,00€ + 4.138,95€)

Tondela, 19 de setembro de 2022

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela



(Carla Antunes Borges)

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 23 de setembro de 2022.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2022 e 23-09-2022)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECETA PREVISTA CORRIGIDA	RECETA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DEVIÓ FACE AO GRÁU DE EXECUÇÃO PADRÃO (72,81%)	PESO DA EXECUÇÃO PCB NA RECETA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) [(2)/(1)] (20%)	(4) [(3)/(72,81%)]	(5)
	Receitas Correntes	21 172 739,57	16 864 298,57	79,85%	6,77%	61,78%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 920 994,00	4 228 033,63	85,92%	13,04%	15,48%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	218 588,00	348 286,46	159,33%	86,45%	1,28%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 103,00	637 864,30	52,37%	-20,51%	2,34%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 972 477,57	10 470 936,33	80,72%	7,84%	38,35%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 674 429,00	1 143 585,72	68,30%	-4,58%	4,19%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168 148,00	35 592,13	21,17%	-61,71%	0,13%
	Receitas de Capital	28 226 950,11	10 442 739,33	37,00%	-35,88%	38,24%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	20,00	196,40	982,00%	909,12%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17 800 480,33	2 204 867,81	12,39%	-60,49%	8,07%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	2 206 002,00	0,00	0,00%	-72,88%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00	0,00	0,00%	-72,88%	0,00%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	27 229,34	2722934,00%		0,10%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	8 210 445,78	8 210 445,78	-		-
	TOTAL GERAL	49 399 689,68	27 307 037,90	55,28%	-17,60%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, um grau de execução da receita total de 55,28%, apresentando um desvio negativo de 17,60%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que o capítulo das transferências correntes se apresenta como o mais expressivo, atingindo 38,35% da execução da receita total. Do lado das receitas de capital, o único capítulo com valor de relevo é o das transferências de capital, atingindo cerca de 8,07% da receita total.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 27.307.037,90€.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESPESA PAGA

Período 01/01/2022 a 23-09-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORREGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (12,89%)	PESO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NA DESPESA TOTAL
GRUPO	DESCRIÇÃO	(I)	(II)	(III) = (II)/(I)	(IV) = (II)-(I)	(V)
Despesas Correntes		26 706 820,65	12 217 207,51	45,75%	-27,13%	67,65%
01	Despesas com Pessoal	7 727 161,59	5 489 459,94	71,04%	-1,84%	30,49%
02	Aquisição de Bens e Serviços	11 958 948,78	3 937 836,77	32,93%	-39,95%	21,87%
03	Juros Outros Encargos	25 772,28	3 037,95	11,79%	-61,09%	0,02%
04	Transferências Correntes	6 807 692,00	2 698 924,66	39,65%	-33,23%	14,99%
06	Outras Despesas Correntes	187 246,00	87 946,19	46,97%	-25,91%	0,49%
Despesas de Capital		22 692 869,03	5 789 413,96	25,51%	-47,37%	32,15%
07	Aquisição de Bens de Capital	18 411 202,03	4 006 612,12	21,76%	-51,12%	22,25%
08	Transferências de Capital	3 752 846,00	1 641 931,14	43,75%	-29,13%	9,12%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	18 093,72	50,00%	-22,86%	0,10%
10	Passivos Financeiros	492 600,00	122 776,96	24,92%	-47,96%	0,68%
11	Outras Despesas de Capital	33,00	0,00	0,00%	-72,86%	0,00%
TOTAL		49 399 689,68	18 006 621,47	36,45%	-36,43%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, um grau de execução da

Handwritten signature and initials

despesa total de 36,45% sendo, o grau de execução esperado de 72,88%, representando um desvio negativo de 33,43%.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Período 01-01-2022 a 23-09-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAF	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = (2)/(1) * 100%
Despesas Correntes		26 706 820,65	23 637 071,95	88,51%
01	Despesas com Pessoal	7 727 161,59	6 713 635,05	86,88%
02	Aquisição de Bens e Serviços	11 958 948,78	10 329 350,99	86,37%
03	Juros Outros Encargos	25 772,28	16 122,45	62,56%
04	Transferências Correntes	6 807 692,00	6 433 237,42	94,50%
06	Outras Despesas Correntes	187 246,00	144 726,04	77,29%
Despesas de Capital		22 692 869,03	15 150 300,46	66,76%
07	Aquisição de Bens de Capital	18 411 202,03	11 013 381,32	59,82%
08	Transferências de Capital	3 752 846,00	3 608 153,68	96,14%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	36 187,50	100,00%
10	Passivos Financeiros	492 600,00	492 577,96	100,00%
11	Outras Despesas de Capital	33,00	0,00	0,00%
TOTAL		49 399 689,68	38 787 372,41	78,52%

Através da análise do quadro acima podemos realçar que, à data do reporte, as despesas com pessoal encontram-se comprometidas em cerca de 86,88% da dotação orçamental do Município. Nas despesas de capital podemos destacar os compromissos dos capítulos, aquisição de bens de capital e transferências de capital, com um grau de execução de 59,82% e 96,14% respetivamente

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se nos 78,52%, com um total de compromissos assumidos de 38.787.372,41€, até à data de 23-09-2022.



3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Artigo 22.º

Assunção de compromissos plurianuais

Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, considera-se emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sempre que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos; ou
- d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Artigo aprovado na Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2022, na reunião do dia 30 de dezembro de 2021

Handwritten signature

Face ao que precede verificou-se que não se assumiram compromissos plurianuais entre 15-09-2022 e 23/09/2022.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 15-09-2022 e 23-09-2022					
Análise da execução prevista para o exercício 2022					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2023	2024	2025	2026	Seguintes
Total	- €	- €	- €		

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 266 dias do ano de 2022, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão (72,88%), salientando, no entanto, a fragilidade da definição de um valor padrão, de análise de execução orçamental, face à periodicidade de algumas receitas, bem como, despesas.

Tondela, 23 de setembro de 2022

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,





Período da Ode do dia Ponto 2.5

transferência de competências na área da educação – um grande desafio, as autarquias não estavam preparadas, nem os recursos humanos eram adequados, o pacote financeiro é muito diminuto e não acompanha de todo a inflação. O governo não foi e não está a ser sério, e mesmo com estas operações cosméticas de apoio às famílias, esqueceu-se da fatura que as autarquias estão a pagar.

Ano letivo iniciou sem incidentes, demonstrando que fomos capazes de enfrentar este grande desafio.

Obras de proximidade em muitas escolas e jardins de infância...

Melhores escolas, melhores cidadãos, melhor futuro

Eventos

Tondela Brancos – diferenciador, com mais produtores e visitantes – evento com enorme potencial de crescimento

FICTON- algumas falhas a corrigir, mas com a melhor adesão de sempre...e mais uma vez o apoio ao movimento associativo através dos bares e de tascas...sem custos...dia 16 de Setembro, dia dos Bombeiros, entrega de galardões de mérito.

Tom de Festa – projeto interessantíssimo com o apoio dos municípios, leva a cultura aos espaços mais recônditos do concelho e mostra as potencialidades das nossas freguesias... (com o apoio financeiro e logístico da Câmara Municipal)

Caramulo MotorFestival – o maior evento automóvel da região...levou mais de 40 000 pessoas ao Caramulo...inovador, diferenciador e alavancou muito a economia local, sobretudo no setor hoteleiro (com o apoio financeiro e logístico da Câmara Municipal)

Protocolo com a Just a Change – proximidade e sobretudo dar dignidade de uma habitação a quem mais precisa...preocupação social do executivo...um grupo de voluntários jovem que abdicam de 15 de férias para ajudar o próximo, não dando só uma casa nova, mas sobretudo a oportunidade de uma nova vida...

Manutenção da Creche no Caramulo – é uma conquista, não podemos matar os territórios mais isolados

Protocolos Movimento Associativo – 98 000,00€ - preocupação com este setor em queda

→ Questões dos apoios e financiamentos das A.H.B.V. ¹³ e
às I.P.S.S.

→ Parcerias fundamentais no apoio dado ~~no~~
terreno aos credores.

→ Relembro que a natureza das A.H. está em
falência técnica.

→ Ana Gaspar - Sec. Estado tem uma boa
relação com o S. Pedro.

É interessante olhar-se só para estatísticas e
números em áreas tão sensíveis como são os
relacionados c/ a Proteção Civil.

Paulo Emanuel.



anexo 6
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Exmo. Senhor Presidente da AM
Exmas. Senhoras e Senhores membros da Mesa
Exma. Senhora Presidente da CMT e Sr. Presidente
Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta
Representantes da Comunicação Social
Minhas Senhoras e meus Senhores:

É frequente ver-se referido que o Caramulo foi a primeira vila a ter água ao domicílio e saneamento básico. Porém, e curiosamente, foi depois da elevação do Caramulo a vila (em 18 de Dezembro de 1987) que começaram a ser públicos e notórios os sintomas de degradação das respetivas infra estruturas.

Fechados os sanatórios e questionado o fornecimento público por uma empresa privada, a Sociedade do Caramulo denunciou unilateralmente os contratos que tinha com os consumidores, substituindo-os por meras “cedências de excedentes de água”; e desde então a manutenção da rede de distribuição, que já era precária, passou à fase do remendo.

Em causa ficou a salubridade da água, tal como explicava a própria Sociedade do Caramulo em circular de 02 de Novembro de 1998, afirmando que a rede de distribuição não oferecia “qualquer garantia”. Em causa ficou também, a admissão de novos consumidores como terá acontecido p.ex. com o Hotel do Caramulo que teve de procurar recursos alternativos.

Foi neste aperto que, em 11 de Dezembro de 2001, a Câmara Municipal de Tondela anunciou uma solução para o problema. Não a aquisição da *mãe d'água*, como se esperava, mas um contrato de aquisição à Sociedade do Caramulo da água bastante para garantir o abastecimento público por 5 anos, tempo considerado suficiente para o município criar uma alternativa de raiz. E foi assim que os consumidores caramulanos começaram a ser faturados pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão; e assim continua a ser até aos dias de hoje, 21 anos depois.

1 [Handwritten signature]

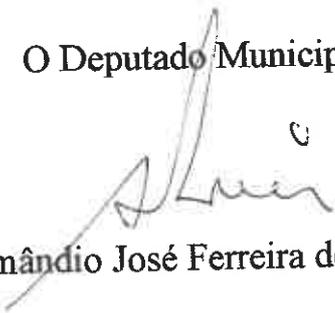
É certo que, de Fevereiro de 2015 para cá, decorreram intensos e onerosos trabalhos na implementação da nova rede de captação e distribuição de água. Mas também é verdade que as novas canalizações, mesmo as instaladas ainda em 2015, continuam secas; enquanto que a água cristalina das nascentes se corrompe e desperdiça ao passar por canos podres de ferro, grés e até fibrocimento da vetusta rede de antanho, onde, por mais controlos e desinfeções que façam a montante, nunca será possível garantir a qualidade da água nos pontos de consumo.

É neste contexto, e agora que os Depósitos estão feitos, que Rede está montada e que a Estação Elevatória encontrou o sítio certo no Chão do Fundo, que nos parece oportuno perguntar-lhe, Senhora Presidente da Câmara, tendo em conta as breves referências a este assunto no Relatório de Atividades apresentado a esta Assembleia Municipal:

- Se é possível, desde já, adiantar uma data para a entrada em pleno funcionamento do novo sistema de abastecimento de água aos consumidores;
- Se o sistema vai ser inteiramente alimentado pelas novas captações ou se continua a depender, ainda que parcialmente, de captações particulares e, neste caso, em que condições contratuais?

Tondela, 23 de Setembro de 2022

O Deputado Municipal


a) Amândio José Ferreira de Loureiro

anexo f

1
2
3



Cumprimento o Sr. Presidente e restante mesa, os deputados municipais, presidentes de junta, comunicação social e público presente.

Permitam-me a ousadia de voltar a falar de Saúde nesta casa!

Na última assembleia o nosso deputado municipal Francisco trouxe a preocupação da saúde à baila e foi apelidado de retórico da política geral! O partido socialista fundamentou tal nomeação com notícias já antigas publicadas em jornais nacionais e estrangeiros, fazendo tábua rasa do que está a acontecer atualmente com o Serviço Nacional de Saúde que eu tanto acredito mas onde até a Ministra se demitiu!

Se o estado da saúde atual não assusta, ver diariamente notícias na televisão de urgências de obstetrícia fechadas, falta de médicos em centros de saúde e hospitais por este país fora, clínicos com horas extraordinárias obscenas e pedirem permanentemente escusa de responsabilidade.

Nada como manifestar a nossa preocupação com factos e dados reais e concretos que estão a acontecer no nosso concelho e que nos merecem a maior atenção.

Falo concretamente da Extensão de Saúde de Molelos que está em regime intermitente há mais de 3 semanas segundo partilha de alguns populares, e que só se sabe pois tem um cartaz à porta a dizer que labora em part-time por falta de recursos humanos.

O médico estará ausente até janeiro 2023, a enfermeira de baixa por tempo indeterminado, sem substituição prevista!

Uma infraestrutura com condições e próxima de quem necessita, e que pelos vistos só à sexta feira é que tem um médico à disposição.



No entretanto os utentes inscritos em Molelos, muitos deles com carências económicas, de classes mais desfavorecidas, idosos, pessoas com mobilidade reduzida que não têm condições para aceder a serviços privados, vêm-se neste momento obrigados a deslocar-se à USF de Tondela para serem consultados, sofrendo longos tempos de espera e suportando custos desnecessários de aluguer de táxis e/ou suporte de familiares.

Canalizando todos os utentes para a USF do centro da cidade, corremos o sério risco de o congestionar ainda mais, pois este está a ser cada vez mais procurado pela população estrangeira que se tem vindo a instalar na nossa cidade devido à boa qualidade de vida e enorme oferta de emprego. A somar a este congestionamento, esta USF também tem neste momento clínicos que não estão em atividade, demorando cerca de 2 meses a obtenção de uma consulta.

É este modelo de cuidados primários que o Partido Socialista defende?

Outra situação é na Lageosa do Dão, em que a estrutura apenas funciona uma tarde por semana, deslocando estas pessoas para a USF de Canas de Santa Maria.

Não podemos esquecer de que há uma década atrás, na localidade de Molelos, houve intenção de retirar um dos dois médicos que exerciam funções e o PSD local e nacional não o permitiu. Bem mais recentemente e já com o governo socialista, quiseram encerrar a extensão do Caramulo por falta de um administrativo, e foi o executivo local do PSD que o disponibilizou.

Relembro ainda que esteve em cima da mesa o encerramento o Hospital de Tondela e os autarcas locais, o PSD, esteve na linha da frente a evitar que tal acontecesse.

Handwritten signature in blue ink in the top right corner.

Handwritten mark in the bottom right corner.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. 17'.

Posto isto, depois de todos estes dados e de expor estas preocupações, quero enaltecer o serviço público e de proximidade que os executivos camarários do PSD têm vindo a fazer.

Ainda há poucos dias foram anunciados dois grandes investimentos que melhorarão a qualidade de vida das nossas gentes, e em que o poder local mais uma vez está a substituir o ministério da saúde, são as obras de requalificação de edifícios e espaços na USF de Canas de Santa Maria e no polo do Caramulo, com valores de cerca de 220 e 292 K€ respetivamente.

Aguarda ainda o visto do tribunal de contas para avançar com a requalificação da USF de Tondela (inundada recentemente devido ao temporal), obra esta já lançada e adjudicada.

Na realidade, aguardamos com bastante ansiedade que o poder central proporcione de uma vez por todas as condições necessárias para que a descentralização de competências na área da saúde seja efetiva.

A descentralização não se faz com decreto e muito menos com desresponsabilização sobre problemas graves, é necessário o correspondente envelope financeiro e o poder para efetivamente tornar próximo o serviço de saúde.

23 de Setembro 2022

Marta da Silva Antunes



Assembleia Municipal de Tondela

02/08
A
P.

Ex.mo Senhor Presidente da AM
Ex.mas Sras e Sr.s membros da mesa
Senhora Presidente da CMT
Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta
Senhores membros do Orgão de comunicação social
Meus Sr.s e minhas Sr.as

A Lei n.º 13/85, de 6 de Julho 1985. No seu ARTIGO 3.º, define que compete nomeadamente às autarquias locais, o levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural.

Define ainda que compete à Administração pública, associar as populações nas medidas de protecção e de conservação e que estas sejam solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do património cultural.

Preservar o património vai muito além da colecção de peças antigas e artefactos, o património arquitectónica não é de somenos importância, e um bom exemplo disso é a Central hidroelétrica dos Pisões em Nandufe, uma das primeiras obras da industrialização no Concelho de Tondela e no país.

A Central Hidroelétrica dos Pisões em Nandufe, património do Estado sob a tutela do Ministério do Ambiente, construída em 1925 e que entrou em funcionamento através de decreto de concessão por utilidade pública de 31 de agosto de 1927, ao abrigo da Lei de Águas, de 10 de maio de 1919.

A mencionada concessão foi atribuída por um prazo de 75 anos. No terminus da concessão, o anterior titular, EDP — Gestão e Produção de Energia, S. A., manifestou interesse em continuar a explorar o aproveitamento hidroelétrico dos Pisões, pelo que, através do Despacho n.º 5880/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 106 de 2 de junho de 2015, esta concessão foi prorrogada a título excepcional, até à decisão final de uma nova atribuição, não podendo em qualquer caso exceder o prazo de 5 anos, ou seja, a referida concessão caducou em 2 de Junho de 2020.

Este imóvel assim como todo o espólio que dele fazem parte, devem ser considerados de interesse público, dado o seu valor histórico, ligado directamente à electrificação e consequente industrialização do Concelho de Tondela.

Dado a importância da produção das mini-hídricas para a sustentabilidade ambiental, este projecto poderá ser um factor de sustentabilidade local, eventualmente através de um projeto de comunidade local de energia, e ao mesmo tempo um museu vivo da história da electricidade em Portugal e consequentemente nesta região de baixa densidade.

Dado que o conjunto arquitectónico faz parte da História da freguesia de Nandufe e que por via disto foi das primeiras aldeias da região a ter energia eléctrica, a sua conservação e manutenção, e eventual transformação do espaço num local de visita turística, na bacia hidrográfica do rio Dinha.

Dado que a população sobretudo de Nandufe, tem manifestado desejos que o património que sentem como seu, seja preservado, em benefício da promoção da freguesia, temos envidado todos os esforços para encontrar uma solução que a contento das partes envolvidas, seja objecto de promoção das comunidades locais que representa.

Em 05 de março de 2010, o então presidente da CMT, Dr. Carlos Marta, fez uma visita ao local e prometeu intervir, e aquando da visita dos Senhores Deputados da Assembleia da República em 12 de abril de 2021, fomos informados pelo Senhor Vereador Miguel Torres, de anteriores contactos da Câmara Municipal de Tondela com as entidades competentes, manifestando interessa no referido imóvel.

Actualmente o acesso ao edificio foi vedado e o caminho público de acesso foi interrompido.

Em 2019, a Junta de Freguesia interveio junto do proprietário do imóvel, o Ministério do ambiente, não só para alertar para a degradação do imóvel e do espaço envolvente, mas também para manifestar a sua disponibilidade para a assumir o imóvel com fins lúdicos e culturais.

Dado que volvido mais de um ano não obtivemos notícias, questionámos a Secretaria de Estado do ambiente que após várias tentativas, nos informou em 17/08/2022, através de um ofício, que anexamos, com o seguinte teor: *“Na sequência da exposição de V. Exa. e uma vez consultada a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), encarrega-me o Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas de informar que, tendo a Câmara Municipal de Tondela demonstrado, junto da APA, I. P., o propósito de desenvolver um projeto de valorização museológico no espaço da central hidroeléctrica dos Pisões, num quadro de cooperação institucional, encontra-se em articulação o estabelecimento de um protocolo entre as duas entidades para a cedência, a título precário, do edificio da central de Pisões, para a referida pretensão.”*

Pelo exposto solicitamos a Vossa Excelência informações sobre a referida parceria, e quais as orientações da Câmara Municipal de Tondela para a preservação deste importante património do Concelho e do país.

Dado que se trata de um imóvel de importância histórica relacionada com a energia eléctrica, após algumas pesquisas, gostaríamos de informar que a Fundação EDP, dispõe de verbas para projectos deste tipo.

Tondela, 23 de setembro de 2022

Os deputados municipais do Partido Socialista

Tondela 23-09-2022

1

Boa tarde. Cumprimento

Ex.mo(a) sr(a).

Presidente da Assembleia Municipal de Tondela

Sr^a Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Srs Membros da Assembleia Municipal de Tondela

Comunicação Social

Público presente e online

A freguesia de Molelos tem vindo, já há algum tempo e, gradualmente, a ver o seu direito aos cuidados de saúde de proximidade serem delapidados e as sua população a confrontar-se, cada vez com maior intensidade, com uma diminuição do numero de consultas disponíveis em tempo útil, aliado ao aumento das sua despesas mensais, para o acesso a esse bem essencial que é a Saúde

Quantas vezes, os utentes iam ao “Posto Médico de Molelos” (como sempre se habituaram a dizer) e constatavam que o clinico A ou o clinico B, **Por Motivos Legais e Legítimos**, não se encontravam ao serviço. Era reagendada a consulta e lá tinham de voltar, de novo ao posto para uma nova consulta, com todas os inconvenientes que isso lhes causava, sobretudo naqueles que, efetivamente doentes, tinham de fazer múltiplas deslocações e despesas acrescidas.

Todos sabemos das dificuldades e vicissitudes que assolam o sistema Nacional de Saúde, do empenho dos profissionais, dos montantes injetados nesse sistema, mas a população de um lugar na cidade ou no lugar mais recôndito do país **têm direito consagrado de acesso regular à saúde e aos cuidados de proximidade desse bem. E Isso não tem sido usual no “Posto Médico”**

Há várias semanas foi colocado, na vitrine do Posto, um aviso que informava que a abertura do mesmo se iria efetivar apenas uma manhã e uma tarde, por semana e que um dos médicos que ali trabalhava estaria ausente até meados de janeiro de 2023. Se tivessem necessidade deveriam os utentes marcar um contacto ali expresso.

Sabemos que esses contactos dificilmente têm resposta!!!

Na semana passada, idêntico aviso complementava que, por ausência de profissionais o Posto estaria aberto à 2ª feira no período das 14h às 17h e 30m.

Que despreendimento neste tipo de comunicação!

Que falta de sensibilidade pelas dificuldades dos utentes, nomeadamente dos mais idosos e doentes crónicos!

Pagamos um serviço a que temos direito e ficamos com a sensação (Só a sensação?) que, de há alguns anos a esta parte, há uma mão misteriosa na organização da saúde da nossa zona que tudo tem feito para encerrar o Posto de Saúde de Molelos ???

Esta situação tornou-se insuportável!

Aliada ao facto referido de que grande parte dos utentes serem de idade avançada, com dificuldades de transportes, com as suas naturais debilidades, sendo obrigados a deslocações que, em muitos casos são pagas com o esforço das suas já magras reformas, onerando ainda mais o seu orçamento familiar, conjuntamente com a fatia dos medicamentos.

Sr Presidente da Assembleia Municipal de Tondela

Srª Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Srs Membros da Assembleia Municipal de Tondela

Venho aqui, como Molelense, mas também, como alguém que defende o direito das pessoas aos cuidados de saúde de proximidade e ao respeito por quem, em situação de doença, se dirige a um serviço público que, todos nós, custeamos de maneira muito significativa.

Por isso não posso considerar aceitável, de forma alguma, a situação que envolve a saúde em geral e o Posto de Saúde de Molelos.

Informei, em devido tempo a junta de Freguesia de Molelos que, penso, também sempre seguiu estas evoluções e lanço aqui um apelo à Sr^a Presidente da Câmara para procurar, mais assertivamente, se inteirar desta anomalia e do futuro desenvolvimento deste quadro, que tanto prejudica os utentes do Posto de Saúde de Molelos.

Agora, queria fazer aqui um realce muito positivo sobre todas as atividades desenvolvidas no âmbito da ação da CMT, no período em análise nesta assembleia. Afinal muito se tem feito e, cremos, vai continuar a fazer-se em prol do concelho e das suas populações.

Aproveito também a oportunidade para solicitar à Sr^o Presidente da Câmara informações, sff, e se as tem, sobre o desenvolvimento do projeto IP3 – Auto estrada ligação Viseu -Coimbra, que tanta falta faz a todo o tecido económico e social da nossa região. Muito obrigado.

Quero, também, aqui, deixar uma referência muito especial ao envolvimento dos Corpos de Bombeiros do concelho no seu apoio e disponibilidade às populações e, no caso do de Tondela, na sua participação nos eventos do Dia de Santa Eufémia e no 99^a aniversário da A.B.V.T.

Sérgio Rodrigues